

DROGAS,
POLÍTICAS PÚBLICAS
E CONSUMIDORES

Beatriz Caiuby Labate
Frederico Policarpo
Sandra Lucia Goulart
Pablo Ornelas Rosa
(organizadores)

DROGAS,
POLÍTICAS PÚBLICAS
E CONSUMIDORES



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Drogas, políticas públicas e consumidores / Beatriz Caiuby Labate...[et al.] , (organizadores). – Campinas, SP : Mercado de Letras; São Paulo, SP : Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), 2016.

Outros autores: Frederico Policarpo, Sandra Lucia Goulart, Pablo Ornelas Rosa

ISBN 978-85-7591-410-6 (Editora Mercado de Letras)

1. Antropologia social – Brasil 2. Cidadania 3. Drogas – Abuso – Aspectos políticos – Brasil 4. Drogas – Abuso – Aspectos sociais – Brasil 5. Tóxicos – Fiscalização I. Labate, Beatriz Caiuby. II. Policarpo, Frederico. III. Goulart, Sandra Lucia. IV. Rosa, Pablo Ornelas.

16-00629

CDD-362.290981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Drogas : Abuso : Políticas públicas :
Problemas sociais 362.290981

capa e gerência editorial : Vande Rotta Gomide

imagem de capa: *Kaleidoscope of Drugs*, Clancy Cavnar

Colored pencil on paper 2016

preparação os originais: Editora Mercado de Letras

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP)
Guadalajara, São Paulo, Rio de Janeiro e Vila Velha

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

ABRIL / 2016

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9
Michel Misse

DISCURSOS E PRÁTICAS SOBRE USOS DE DROGAS:
PERSPECTIVAS EM CIÊNCIAS HUMANAS13
Beatriz Caiuby Labate
Frederico Policarpo
Sandra Lucia Goulart
Pablo Ornelas Rosa

Parte I: **Drogas e Cultura**

PSICOATIVOS, CULTURA E CONTROLES:
CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA AO
DEBATE PÚBLICO NO BRASIL 37
Taniele Rui
Beatriz Caiuby Labate

CRIATIVIDADE E DINÂMICA DO MERCADO DAS
DROGAS: AS *SMART SHOPS* EM LISBOA..... 65
Antonio Rafael Barbosa

PSICOFÁRMACO E *SMART DRUGS*:
METILFENIDATO E PERFORMANCE91
Eleonora Bachi Coelho

AYAHUASCA E POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS: ESTRATÉGIAS DE RECONHECIMENTO PÚBLICO DAS RELIGIÕES AYAHUASQUEIRAS	117
<i>Sandra Lucia Goulart</i>	

Parte II: Políticas Públicas, Legislação, Aplicação da Lei

REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE A EXPERIÊNCIA COM O MAPEAMENTO DO PERFIL DE USUÁRIOS DE CRACK NO NORDESTE DO BRASIL	149
<i>Tatiane Vieira Barros</i>	
<i>Jaína Linhares Alcantara</i>	

A PACIFICAÇÃO DOS USOS PÚBLICOS DO CRACK E A REPRESSÃO AO USUÁRIO: NOTAS A PARTIR DE ETNOGRAFIA NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO	177
<i>Rubens de Camargo Ferreira Adorno</i>	

LIBERAÇÃO OU PROIBIÇÃO? DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES ACERCA DA POLÍTICA DE DROGAS NOS PROJETOS DE LEIS NO CONGRESSO NACIONAL (2010-2014)	205
<i>Nalayne Mendonça Pinto</i>	
<i>Alessandra Fontana Oberling</i>	

A POLÍTICA NACIONAL DE DROGAS E A PRÁTICA JUDICIAL: APONTAMENTOS ETNOGRÁFICOS	233
<i>Artur Dalla Cypreste</i>	
<i>Bernardo Berbert Molina</i>	

NOTAS SOBRE OS PROCESSOS DE INCRIMINAÇÃO DE CONSUMIDORES E CULTIVADORES CASEIROS DE MACONHA NO BRASIL	259
<i>Marcos Veríssimo</i>	

Parte III: Saúde, Atendimento e Tratamento em Perspectiva

O LOCAL ONDE OS MÚLTIPLOS DISCURSOS SOBRE O CONSUMO DE DROGAS SE ENCONTRAM: FAZENDO PESQUISA NUM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (CAPS/AD) NO RIO DE JANEIRO	287
<i>Frederico Policarpo</i>	
A DEPENDÊNCIA QUÍMICA E SEUS CUIDADOS: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DE INTERVENÇÕES TERAPÊUTICAS A PARTIR DAS HISTÓRIAS DE VIDA DE PACIENTES.	315
<i>Jardel Fischer Loeck</i>	
A FABRICAÇÃO DA <i>COLETA DE DADOS</i> EM UMA PESQUISA MÉDICO-CIENTÍFICA: DROGAS, ENTREVISTADORES E USUÁRIOS	343
<i>Eduardo Zanella</i>	
REDUÇÃO DE DANOS E EMPREENDEDORISMO DE SI: A POLÍTICA DE DROGAS NO CONTEXTO MUNDIAL CONTEMPORÂNEO	371
<i>Pablo Ornelas Rosa</i>	
SOBRE OS AUTORES	397

PREFÁCIO

Michel Misse

São chamadas de “drogas”, genericamente, todas as substâncias cujos efeitos químicos, sobre o organismo de um ser vivo, alteram ou supõem-se que alteram, em algum grau, funções fisiológicas ou neurológicas de qualquer tipo. Naturais, sintetizadas ou elaboradas em laboratórios, a classificação evidentemente exclui frutas e legumes (mas não todos), uma boa parte das chamadas verduras e ervas, o mesmo para grãos, laticínios e carnes – em geral tudo aquilo que é tradicionalmente cultivado e classificado como alimento é excluído da categoria “droga”. Restam, então, os remédios, naturais ou produzidos em laboratório, as bebidas alcóolicas, os venenos e as substâncias consideradas tóxicas ou que alteram, em algum grau, a consciência e o comportamento voluntário.

Essa diferenciação, que tem diferentes nomes e predicamentos, não é estática nem universal, acompanha a variedade de medicinas, de culturas e de mudanças na avaliação do que deve se manter ou deixar de pertencer a essa classificação. Na Europa e na América, a partir dos anos 20 do século passado, uma série de plantas ou seus produtos concentrados, até então consumidos legalmente em alguma escala, passaram a ganhar progressivamente a atenção de empreendedores morais,

principalmente da área biomédica, que conseguiram que seu consumo e comércio fosse inscrito nos códigos penais, tornando passíveis de incriminação os seus usuários e comerciantes. Na América do Norte, chegou-se a estender a proibição, durante um período, inclusive, às bebidas alcoólicas. Conferências internacionais estenderam, aos poucos, para todos os países, a regulação ou a proibição daquela parte das drogas que, determinados critérios de identificação, autorizavam receber tratamento especial por parte do Estado. A medicina ocidental, hegemônica, passou a deter o poder de definir esses critérios através do estabelecimento de listas do que deve entrar e permanecer ou não na classificação proibicionista. Do mesmo modo como o Código Internacional de Doenças incluía, até recentemente, o homossexualismo entre as doenças, essas listas farmacológicas incluíam o uso e comércio de diferentes tipos de concentrados de *Cannabis*, da folha de coca, da papoula e de alguns cogumelos, entre as substâncias consideradas tóxicas que deveriam permanecer proibidas ao uso comum. Mesmo o uso medicinal passou a ser fortemente controlado quando não proibido.

Todo esse processo histórico tem sido interpretado como parte importante da normalização do individualismo através da gestão das populações empreendida pela modernidade. A biopolítica alimentou-se dessa articulação entre predicamentos científicos, educação moral pela disciplina corporal e autocontrole de desejos e emoções, através da proibição ou regulação legal de comportamentos e hábitos que implicassem o possível recurso à violência física ou à perda do autocontrole sobre o próprio comportamento. A questão das drogas é, assim, constitutiva (e não apenas derivada) da governamentalidade moderna.

Desde os anos 60 do século passado, com o advento da sociedade de consumo de massa, um conjunto de mudanças em valores começou a ganhar espaço social, principalmente entre os jovens. Costumes sexuais, vestimentas, relação com o próprio corpo, com a pele, as unhas e os cabelos, músicas, relaxamento voluntário do autocontrole, defesa da expressão pública dos sentimentos amorosos e da “naturalidade” dos corpos (beijos em público, nudez, intimidade física, contato corporal, etc.), todo um complexo de comportamentos anteriormente regulados pela distância física, pelo ocultamento do

corpo e dos sentimentos em público, pela evitação de contato ou relação sexual antes do casamento, e pelo rígido controle do uso de drogas começaram a ser abandonados por sucessivas gerações, até que se chegasse ao atual padrão heterônimo de comportamentos socialmente aceitáveis por um número grande e mesmo crescente de pessoas na Europa e nas Américas, exatamente os mesmos continentes cuja modernidade dera início à proibição biomédica do uso de drogas.

Com exceção da proibição religiosa das igrejas hegemônicas, que continua forte, a área biomédica começa, hoje, meio século depois, a ceder à revolução dos costumes iniciada nos anos 60 e a aceitar rediscutir os critérios que podem destituir algumas das drogas da lista de substâncias criminalizadas. A exclusão do homossexualismo do código internacional de doenças foi, com certeza, um importante indicador das mudanças de apreciação moral na esfera biomédica. É, também, o que se assiste nas experiências de políticas públicas e de desregulamentação penal do uso e consumo de substâncias que podem produzir alteração no autocontrole e na consciência postas em prática em alguns países, como pioneiramente nos Países Baixos, depois em Portugal e outros países europeus, no Canadá e agora em alguns estados norte-americanos e no Uruguai. Ainda timidamente, e sob o impacto da violência que os mercados ilegais de drogas introduziram nas cidades, avança-se para um novo conceito e uma nova postura em relação aos critérios que levaram ao proibicionismo do século XX.

Este livro, que reúne os resultados de importantes e complementares pesquisas socioantropológicas realizadas no Brasil e em outros países sobre essas experiências, sobre as políticas públicas sob as quais o debate vem avançando e sobre as características socialmente variadas de consumo de substâncias desse tipo, é, além de um convite ao aprofundamento dos estudos nessa área, um consistente desafio lançado às autoridades e à chamada opinião pública. É preciso quebrar o tabu e enfrentar a questão com coragem ética. Não é mais possível que esse tema continue confinado à academia. Que esses estudos, aqui enfeixados, sirvam para esclarecer ainda mais todos aqueles que ainda resistem a romper com seus pré-conceitos científicos e morais.

DISCURSOS E PRÁTICAS SOBRE
USOS DE DROGAS: PERSPECTIVAS
EM CIÊNCIAS HUMANAS

Beatriz Caiuby Labate

Frederico Policarpo

Sandra Lucia Goulart

Pablo Ornelas Rosa

A maior parte dos artigos desta coletânea está relacionada a trabalhos que foram apresentados na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), realizada de 3 a 6 de agosto de 2014, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. A grande maioria desses trabalhos foi exposta no Grupo de Trabalho “Múltiplos Discursos e Práticas sobre Drogas: medicina, direitos e consumidores”, coordenado por Beatriz Caiuby Labate e Frederico Policarpo. Há, ainda, um artigo da presente obra, o capítulo de Rubens Adorno, que deriva de uma apresentação feita na Mesa Redonda “Ensaio um Crack: um debate sobre as etnografias e as drogas”, a qual ocorreu, igualmente, na 29ª RBA. Também resulta de apresentação em evento científico o capítulo “Pesquisando com usuários de crack: reflexões metodológicas sobre a experiência com o mapeamento do perfil de usuários no Nordeste do Brasil”, de Tatiane Vieira Barros e Jaína Linhares Alcantara, que trata de tema originalmente exposto na 38ª Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), no Simpósio

de Pós Graduação, homônimo ao da 29ª RBA, “Múltiplos Discursos e Práticas sobre Drogas: medicina, direitos e consumidores”, também organizado por Beatriz Labate e Frederico Policarpo. Os trabalhos expostos nestes eventos foram melhores desenvolvidos e modificados para serem publicados aqui.

A ocorrência de várias atividades (simpósios, grupos de trabalho, mesas redondas etc.) sobre pesquisas de drogas, em diferentes eventos científicos de ciências humanas, indica que a temática tem conquistado terreno nesta área, com um notável interesse de novos (e antigos) pesquisadores por renovados enfoques no estudo sobre questões relacionadas a drogas. De fato, no cenário acadêmico brasileiro, nos últimos anos, a perspectiva das ciências humanas parece ter ganhado legitimidade na abordagem sobre as drogas. As pesquisas sobre o tema se ampliaram, o campo se expandiu e tornou-se mais rico em diversidade. As discussões sobre drogas não se encontram mais dispersas e fragmentadas; cada vez mais têm o seu lugar reconhecido no interior dos espaços acadêmicos oficiais e *mainstream* de ciências como a antropologia e a sociologia.

Tornaram-se mais frequentes estudos sobre o funcionamento e a lógica de poderes públicos (com seus representantes e decretos) no que tange à política de drogas e, ao mesmo tempo, aprofundaram-se as abordagens que privilegiam as práticas e valorações dos consumidores de diversas substâncias em distintos contextos. A relação entre as pesquisas sobre drogas lícitas e ilícitas também se intensificou, especialmente com mais pesquisadores da área de ciências humanas passando a se deter sobre drogas terapêuticas, além do álcool e do tabaco. Este, em especial, parece ser um fato promissor, já que é um indicador de uma relativização maior do monopólio das ciências biomédicas em relação ao tema das drogas e, por outro lado, demonstra uma maior multidisciplinaridade no tratamento da “questão das drogas”.

Outro fato, que igualmente tem surtido efeito nas pesquisas sobre drogas na área das ciências humanas, é o avanço, num cenário nacional e internacional, do ativismo e do debate político.

O acirramento das discussões, por exemplo, sobre mudanças nas leis relativas à maconha, ocorridas recentemente em diversos países, inclusive no Brasil, tem sido acompanhado de um aumento expressivo de estudos antropológicos e sociológicos sobre o assunto. Alguns capítulos desta coletânea expressam justamente essa tendência.

É importante, também, mencionar o impacto que as discussões públicas e, em especial, o destaque midiático sobre o consumo do crack, no Brasil, têm tido na ampliação do campo de pesquisas sobre drogas nas ciências humanas. Independente do fato do consumo do crack em nosso país, ainda hoje, estar bem atrás do de outras drogas ilícitas e lícitas,¹ ele é objeto de crescente pânico moral. Ao lado desse processo de midiáticação, intensificaram-se as políticas públicas voltadas para o crack.² Algumas destas políticas têm sido construídas a partir da ideia da existência de uma “epidemia de crack” em território nacional. Por outro lado, algumas das pesquisas da área de ciências humanas que enfocam o crack tendem a situar esse uso em contextos particulares, relacionando-o a uma diversidade de fatores, ressaltando que seu consumo é sempre mediado por ações humanas, em contextos específicos -- com a intenção, justamente, de questionar a ideia de “epidemia do crack” que exigiria uma intervenção emergencial. Dois dos artigos da segunda sessão desta coletânea se fundamentam nessa perspectiva, trazendo dados

-
1. De acordo com dados de extensa e detalhada pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a porcentagem de usuários de crack na população brasileira é 0,81%, ou seja, 370.000 consumidores em relação ao total da população brasileira (Bastos e Bertoni 2014). Apesar do número não ser inexpressivo, ainda é bem menor do que o de outras drogas ilícitas como a maconha, e de lícitas, como o álcool.
 2. Como o programa intitulado “Crack, é possível vencer”, lançado em dezembro de 2011, pelo governo federal brasileiro e coordenado pelos Ministérios da Saúde, Justiça e Desenvolvimento Social. Além desse programa federal, nos últimos anos, vários governos municipais e estaduais investiram em programas e campanhas direcionadas ao uso e comércio de crack.

recentes de cenários distintos de usos de crack, localizados em três diferentes cidades brasileiras (Fortaleza, Natal e São Paulo).

Os organizadores deste livro são integrantes do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), do qual, também, vários autores dos capítulos participam. Organizado desde 2001, este núcleo surgiu com a intenção de reunir pesquisadores sobre drogas de diferentes disciplinas de ciências humanas, para compor, assim, um espaço denso de reflexão sobre o tema. Sem um vínculo institucional formal, e erigido exclusivamente nos últimos quinze anos sobre doações voluntárias de seus membros, o NEIP acabou se delineando, por um lado, como um fórum virtual privilegiado, de caráter científico, de trocas e debates sobre o tema das drogas e, por outro, como um grupo com atuação política, cujo ativismo é marcado por uma postura ética e antiproibicionista com relação às drogas. O NEIP tem insistido que as ciências humanas têm um importante papel a desempenhar no debate público e intelectual sobre as drogas, geralmente dominado pelas ciências biomédicas. Atualmente, é composto por noventa pesquisadores do Brasil e do exterior.

Um dos resultados das discussões e trocas entre pesquisadores do NEIP foi a publicação, em 2008, do livro *Drogas e Cultura: novas perspectivas* (Labate *et al.* 2008).³ Tratava-se de uma coletânea de artigos, dos quais vários autores integravam, como é o caso agora, o NEIP. A obra recebeu apoio do Ministério da Cultura do Brasil, e contou com prefácio redigido pelo então Ministro da Cultura, Gilberto Gil e por Juca Ferreira, que se tornaria seu sucessor. A sua proposta geral era ressaltar, por meio da publicação de um conjunto de sólidos trabalhos de diversas disciplinas das ciências humanas, a relevância da abordagem desta área sobre o tema das drogas e, ao mesmo tempo, contribuir para dar visibilidade às drogas no campo de estudos sobre fenômenos culturais.

3. Dois dos organizadores do presente livro foram também organizadores da coletânea *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Beatriz Caiuby Labate e Sandra Lucia Goulart.

O novo livro que apresentamos agora tem uma continuidade com a coletânea publicada em 2008. Entretanto, ele se diferencia dessa, sobretudo, por refletir o avanço das reflexões sobre drogas nas ciências humanas que se deu nos últimos anos no Brasil, conforme dissemos antes. Além disso, enquanto no primeiro livro sobressaíam-se trabalhos sobre as variadas formas de usos culturais de diferentes drogas, no atual há um conjunto maior de textos abordando as lógicas e os sentidos de políticas públicas para drogas (ilícitas e lícitas), bem como seus efeitos nas práticas e cotidianos dos consumidores e os modos pelos quais estes apreendem e atualizam aquelas políticas. Daí o título da presente coletânea: *Drogas, Políticas Públicas e Consumidores*.

Aliado a esse mergulho analítico sobre as lógicas e atuações de políticas públicas para drogas, vários capítulos deste livro se propõem a analisar as concepções, justificativas e as práticas que embasam diferentes tratamentos terapêuticos voltados para o uso problemático de drogas ilícitas e lícitas (no caso, o álcool). Alguns capítulos se detêm, em particular, sobre as abordagens empreendidas por órgãos governamentais, instituições privadas, e sociedade civil para lidar com grupos que consomem drogas em situações de extrema vulnerabilidade. Nesse conjunto de artigos, se destacam as discussões sobre as metodologias recorrentes em tais abordagens terapêuticas, bem como sobre os diferentes saberes que se cruzam em diferentes áreas.

Um ponto forte da presente obra parece ser a presença, em vários capítulos, de uma autorreflexão dos autores sobre suas próprias pesquisas e escolhas metodológicas. Um dos efeitos desta autorreflexão é apresentar um contraponto entre conceitos analíticos, teorias, recortes metodológicos e experiências sensíveis e subjetividades de consumidores de distintas realidades concretas. Para mencionar apenas alguns exemplos, o capítulo de Barros e Alcantara versa sobre os desafios das pesquisadoras de levar a cabo o modelo proposto para sua pesquisa diante da realidade empírica encontrada no campo, enquanto Rubens Adorno utiliza o recurso de trazer para o texto a experiência de

campo “bruta”, na forma de transcrição de trechos de seus diários de campo acumulados durante mais de uma década. Ambos capítulos acabam aproximando o leitor das trajetórias específicas vividas por consumidores de diferentes drogas. Nesse sentido, outra marca desta coletânea é dar espaço e visibilidade para dramas e sofrimentos pungentes, vividos por sujeitos de carne e osso, relacionados a contextos de consumo que se tornam problemáticos principalmente em função da desconsideração de direitos humanos dos consumidores.

É importante ressaltar ainda que, sobretudo os artigos que abordam questões metodológicas sobre pesquisas de drogas, dão margem para discussões sobre os problemas éticos destas pesquisas. Tanto o caráter específico das pesquisas na área de ciências humanas, quanto as dificuldades dos estudos sobre contextos de ilegalidade ou que envolvem “ilegalismos” – no sentido de Foucault (2009) – são temas, assim, contemplados neste livro. Um deles, que merece destaque, diz respeito a preocupações como a aplicação do chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em pesquisas de ciências humanas, como as da área antropológica.⁴

Outra característica central desta obra é a seleção de textos de pesquisadores de distintas regiões do Brasil, procurando estimular, assim, o crescimento da pesquisa sobre drogas em diferentes regiões – inclusive as menos favorecidas pelas políticas acadêmicas atuais. Ao contemplar abordagens, teorias sociais, perspectivas políticas e contextos locais variados, pretendemos possibilitar maiores diálogos com os pesquisadores acadêmicos, assim como também disseminar um olhar mais crítico entre os leitores leigos nesse assunto tão polêmico e contemporâneo. Na atualidade, vivenciamos um embate bastante intenso e

4. A respeito da aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em pesquisas antropológicas sobre fenômenos como o uso de drogas ilícitas é importante consultar um artigo de Edward MacRae e Sérgio Vidal (2006).

polarizado entre os defensores das políticas proibicionistas e antiproibicionistas. Neste contexto, o presente livro ganha especial importância, pois pode contribuir para o desenvolvimento de reflexões mais ponderadas, que evitam os riscos das dicotomias exageradas ao considerar uma multiplicidade de fatores, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade da garantia da manutenção de liberdades individuais e subjetivas.

Um ponto que é preciso chamar atenção aqui é que a forte ligação dos capítulos desta coletânea, relacionados por um firme fio condutor temático que dá sentido a esta obra, e não retira a independência de posições e argumentos (teóricos e políticos) de cada um deles. Noutras palavras, assim como é o caso com o próprio NEIP, convivem neste livro posições políticas variadas e independentes, ligadas apenas, talvez, por uma frustração comum com relação às limitações das atuais políticas proibicionistas. Os treze artigos que compõem esta coletânea estão divididos em três seções, intituladas respectivamente: Drogas e Cultura; Políticas Públicas, Legislação, Aplicação da Lei; e Saúde, Atendimento e Tratamento em Perspectiva.

A primeira seção apresenta quatro artigos. Todos eles, de modos distintos, trazem reflexões importantes sobre as relações entre drogas e a esfera da cultura. Como esta coletânea é composta em grande parte de trabalhos antropológicos, vale a pena chamar a atenção para o termo cultura, que usamos aqui. Como se sabe, no campo da antropologia contemporânea o debate sobre cultura envolve duros questionamentos sobre o conceito, havendo, inclusive, os que argumentam que esse deve ser abandonado. São feitas críticas de teores diversos. Por vezes ganham destaque as discussões em torno do caráter essencialista e coercitivo dos conceitos de cultura antropológicos; em uma outra linha questiona-se sua oposição drástica com relação à esfera da natureza, tal como na antropologia simétrica proposta por Bruno Latour (1994). Há, ainda, argumentos que apontam para o sentido de invenção ou ficção do conceito de cultura, embora alguns autores, ao invés de aliar este argumento a uma recusa do conceito, ressaltem o seu

aspecto criativo, artístico e extremamente profícuo nas construções antropológicas sobre os “outros” (Wagner 2010). É bom lembrar que, como argumentam alguns autores (Ortner 2006; Sahlins 1997), enquanto na área antropológica paira sobre a noção de cultura certa desconfiança, em demais campos de conhecimentos acadêmicos e em esferas não científicas proliferam novas ideias e noções de cultura. É nesse sentido que muitos destacam o uso político ou a fala política sobre a cultura feita por grupos e povos há muito estudados pelos antropólogos (Sahlins 1997).

Os artigos da primeira seção, Drogas e Cultura, nos possibilitam pensar sobre algumas das questões envolvidas nos debates contemporâneos sobre cultura. Ao se debruçarem sobre objetos diferentes, as análises podem fazer emergir reflexões sobre a ação condicionante da cultura *versus* a atuação de agentes não culturais ou não humanos, ou discussões sobre as novas e variadas expressões que a cultura pode assumir no mundo contemporâneo.

O primeiro capítulo deste livro, das antropólogas Taniele Rui e Beatriz Caiuby Labate, aponta para a estreita relação entre argumentos teóricos que destacam o poder de ação da cultura e a consolidação de uma área de estudos sobre o uso de drogas nas ciências sociais brasileiras, e em especial na antropologia nacional. As autoras se detêm, em particular, na análise da noção de contextos socioculturais de usos de drogas. Ao se basear em achados de etnografias que abordam situações bem diversas de consumo de drogas – tidas como mais ou menos “tradicionais”, “rituais” ou “recreativas” – as reflexões apresentadas permitem questionar a existência de fronteiras rígidas entre diferentes tipos de usos destas substâncias. Ao mesmo tempo, o capítulo explora uma série de exemplos empíricos de como o consumo de drogas é “controlado pela cultura” em diferentes contextos, seja naqueles tradicionais indígenas (de uso de peyote ou ayahuasca), em rituais contemporâneos não indígenas (como Santo Daime), em *settings* recreativos (como uso de MDMA em raves e uso social do álcool), ou naqueles considerados problemáticos (crack nas ruas, usos de

drogas em prisões etc.). Com essa abordagem, Rui e Labate trazem à tona a discussão sobre as relações complexas entre controles nativos informais e controles legais de drogas.

Os capítulos dois e três abordam casos de comércio e consumo de substâncias que apesar de não serem classificadas como ilícitas, implicam em tipos de usos que tangenciam constantemente as fronteiras da tolerância social e da licitude. Trata-se das chamadas *smart drugs*. De modos diferentes, se detendo em contextos particulares, e partindo de preocupações teóricas distintas, cada um desses artigos traz, também, percepções importantes para o tema das relações entre drogas e cultura.

O capítulo dois, de Antonio Rafael Barbosa, se detém no caso das *smart shops* de Lisboa. A análise se reveste de especial importância por se deter em contextos de usos de drogas em Portugal em um período de vigência da nova lei portuguesa (nº 30/2000), que descriminaliza o consumo destas substâncias e serve de inspiração a muitos outros países. Partindo de uma perspectiva teórica foucaultiana, Barbosa empreende uma análise minuciosa sobre os modos pelos quais a lei se aplica e se concretiza, pondo enfoque no tema dos “ilegalismos”. O autor mostra que a peculiaridade do mercado das *smart shops* é sua constante e intensa inventividade que tem como efeito o lançamento e a comercialização contínua de novas substâncias. Ele revela que estas substâncias se caracterizam tanto por uma diversidade grande, quanto por uma imprecisão, a qual faz com que as fronteiras entre elas muitas vezes se confundam. Há drogas que são apresentadas como naturais devido a alguns elementos de sua composição, mas igualmente artificiais, em função dos espaços onde são confeccionadas. Outras vinculam sua imagem a um “multiculturalismo” e a usos “tradicionais”, vistas, por isso, como mais naturais. E, ainda, existem drogas, entendidas como naturais -- tais como as “plantas de poder” --, que misturam a ideia de que plantas são seres com consciência e agência própria, com o argumento que as situa como pertencentes apenas ao reino da cultura. Assim, o capítulo traz à tona a reflexão sobre como

concepções acerca da natureza podem se misturar a concepções sobre cultura, e nos faz perceber como o tema das drogas pode ser bom para pensarmos as relações entre diferentes agências, humanas e não humanas.

Já o capítulo três, de autoria de Eleonora Coelho, aborda os vários significados que envolvem os diferentes tipos de consumo do psicofármaco cloridrato de metilfenidato, mais conhecido por sua designação comercial Ritalina®. Ressaltando as diversas apropriações que os consumidores deste fármaco fazem dele, a análise de Coelho acaba chamando a atenção para complexidade da própria noção de “droga”, que parece implicar em um constante rompimento de fronteiras entre usos médicos e não médicos, “de risco” ou “seguros” etc. A análise de Coelho se baseia em dados colhidos a partir de 2012. A maior parte de suas informações provém de entrevistas realizadas com usuários da Ritalina®, mas a autora também analisa informes publicitários e material midiático sobre o fármaco. O artigo tem especial importância na medida em que o alto consumo do cloridrato de metilfenidato tem se apresentando como um fenômeno generalizado. Podemos afirmar que os achados de Coelho contribuem para a defesa, por um lado, de abordagens mais multidisciplinares sobre o tema das drogas e, por outro, do papel da antropologia neste debate.

O último capítulo desta primeira seção, de Sandra Lucia Goulart, enfoca o tema da patrimonialização do uso da ayahuasca no Brasil. O consumo desta bebida psicoativa em cerimônias de grupos religiosos é, neste capítulo, ligado a uma discussão sobre as relações entre religiosidades e esfera política. Goulart destaca, em sua reflexão, os modos pelos quais representantes de diversos grupos ayahuasqueiros vêm construindo seu reconhecimento social frente ao Estado brasileiro. A autora faz uma análise cuidadosa das concepções, noções, autorrepresentações e estratégias a que recorrem os integrantes destes grupos, em especial na sua mobilização para tornar o uso da ayahuasca patrimônio imaterial da cultura brasileira. O caso das religiões ayahuasqueiras está estreitamente vinculado à discussão sobre os movimentos sociais

contemporâneos que se expressam em uma linguagem cultural. O capítulo traz, deste modo, argumentos e fatos importantes para pensarmos acerca dos novos usos da cultura, tais como suas formas mais politizadas ou, como coloca Manuela Carneiro da Cunha (2009, p. 373), para nos determos no “metadiscurso reflexivo sobre a cultura”.

A parte II desta obra, Políticas Públicas, Legislação, Aplicação da Lei, contém cinco capítulos. No primeiro deles temos as discussões decorrentes das aflições metodológicas trazidas pelas experiências antropológicas de Tatiane Vieira Barros e Jaína Linhares Alcantara junto a uma Fundação de pesquisa na área de saúde, a qual desenvolveu um mapeamento sobre o perfil social e epidemiológico do consumo de crack nas cidades de Natal (RN) e Fortaleza (CE). As autoras analisam os vários passos e procedimentos utilizados por toda a equipe desta pesquisa, da qual elas próprias fizeram parte. Ao relatar minuciosamente a aplicação da metodologia deste estudo, o artigo de Barros e Alcantara revela, magistralmente, como os acontecimentos imprevistos, as atitudes dos pesquisadores em campo, suas decisões em determinados contextos e suas relações concretas com os pesquisados podem afetar de modo impressionante os rumos de qualquer pesquisa. O relato das autoras mostra que, muitas vezes, é apenas um “entortar” da metodologia oficial, possibilitado pela sensibilidade de pesquisadores em campo, que pode conduzir ao desvendamento de tipos de experiências e realidades que vão muito além das expectativas do plano inicial da investigação e de suas hipóteses. Barros e Alcantara destacam a existência de uma incompatibilidade entre as regras metodológicas científicas e os conceitos analíticos e o campo em si, com seus saberes próprios e práticas empíricas. Ao mesmo tempo, elas apontam como as teorias de diferentes ciências (inclusive a antropologia), se apropriam de vivências reais e por vezes dramáticas (como as de uso de drogas em situações de vulnerabilidade social) transformando-as em conceitos para a pesquisa. Este capítulo tem, ainda, o mérito de procurar compreender as diferenças entre contextos de usos de crack no

Brasil. Ao apresentar vários dados que revelam as peculiaridades locais de diferentes cidades, contribuem para o questionamento da própria noção de “cracolândias” -- que, justamente, apontaria para a existência de um só modelo de uso público de crack nas cidades brasileiras. As autoras criticam, também, o discurso moralista e estigmatizante vinculado às campanhas midiáticas iniciadas nos anos 2000, que disseminam a construção de imagens monstruosas dos consumidores do crack, tais como os “nóias”, “crackudos”, “craqueiros”, “sacizeiros”, “zumbis”.

O capítulo seguinte, de Rubens de Camargo Ferreira Adorno, recupera fragmentos de textos, registros etnográficos e outros dados de pesquisas sobre o crack realizados desde meados da década de 1980 até a atualidade, nas ruas de uma mesma região do centro da cidade de São Paulo. O artigo traz um material de campo riquíssimo, apresentando vários e longos trechos de diários etnográficos que abarcam um período de cerca de três décadas sobre a chamada “Cracolândia de São Paulo”. Nesse sentido, além de ousado na exposição dos dados de pesquisa, tem um caráter de registro histórico. É uma excelente fonte de informação, por exemplo, sobre os programas de intervenções empreendidos por governos do estado e do município de São Paulo ao longo dos últimos anos (como a antiga “Operação Sufoco”, ou o atual “Braços Abertos”). Além disso, o autor desvenda uma estreita relação entre a trajetória das políticas públicas direcionadas ao crack e as ações repressivas em relação a usuários com um determinado perfil social. Através da utilização do conceito de biopoder, que vem repercutindo em uma antropologia crítica da área de saúde, Adorno constata que as ações desenvolvidas pelo Estado nas fronteiras com as atividades marcadas como ilícitas, além de visar o controle e a pacificação dos corpos, transitam entre a repressão aberta de caráter policial militar, com constrangimentos morais e físicos (desde a prisão e a tortura), até a transformação das ciências humanas em estratégias de governamentalidade. Ao elucidar essas tecnologias de poder e controle, decorrentes de distintos tratamentos da “dependência química”, o autor observa

que o limite ético dessas ações é dado a partir do momento em que se consegue reconhecer os desejos e vontades dos outros, admitindo-se os seus direitos de disporem de seus corpos.

O capítulo seguinte, de Nalayne Mendonça Pinto e Alessandra Fontana Oberling, apresenta uma relevante discussão acerca dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional brasileiro desde 2010 e que possuem como questão basilar as políticas de controle sobre as drogas. O artigo realiza uma oportuna síntese das recentes discussões sobre mudanças na legislação de drogas no Brasil, descrevendo os principais atores e posicionamentos políticos e ideológicos deste debate. As autoras se propõem a desvendar os significados dos discursos que embasam a elaboração destes projetos de lei recentes. Elas se detêm especificamente nas discussões em torno do PLC 37/2013, de autoria do deputado federal Osmar Terra (PMDB/RJ); do PL 7187/2014, de autoria do deputado federal Eurico Júnior (PV/RJ); do PL 7270/2014, de autoria do deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ); e, também, da Sugestão Número 8 – proposta de ideia legislativa de iniciativa popular do portal e-cidadania do Senado Federal. Estes projetos de lei possuem propostas políticas específicas e contrastantes. Assim, o PLC 37/2013, de Osmar Terra, está alinhado com um modelo mais repressivo e proibitivo e, também, com abordagens de saúde que trabalham com a ideia da abstinência completa e internações compulsórias para a dependência. Inversamente, de maneira paralela, outros projetos defendem a substituição de políticas pautadas na repressão por políticas fundadas na regulação ou legalização, como é o caso dos outros três citados acima. Ao expor os principais argumentos do atual debate público sobre as drogas no cenário brasileiro, o artigo possibilita uma comparação entre as discussões sobre o tema no cenário nacional com o contexto internacional.

O capítulo de Artur Dalla Cypreste e Bernardo Berbert Molina trata, também, da política de drogas brasileira. Os autores se detêm, em particular, na análise dos efeitos da legislação sobre drogas vigente (nº 11.343/2006). Sua análise possibilita uma

relativização da objetividade e neutralidade das práticas judiciais, expondo a enorme subjetividade presente nas mesmas. Ao focarem nas representações sociais expressas nos discursos de magistrados, de representantes do Ministério Público, de advogados de defesa e de depoentes em julgamentos por tráfico de drogas em duas varas criminais do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, por supostos crimes cometidos no ano de 2013, Cypreste e Molina mostram de que forma a origem e o *status* social dos acusados são mobilizados para classificar os réus como traficantes ou, ao contrário, como usuários. Descrevendo em detalhe vários casos destas varas criminais, os autores concluem que as variáveis da origem e do *status* social interferem diretamente, na maior parte das vezes, nas sentenças finais de condenação. Assim, o capítulo revela um importante exemplo das limitações e dos problemas da atual lei de drogas brasileira que, como se sabe, não possui critérios que possibilitem a distinção entre uso (e usuário) e tráfico (e traficante). Em suma, trata-se de um bom exemplo de pesquisa etnográfica dos bastidores do sistema justiça, situado em uma determinada tradição de sensibilidade antropológica para compreensão destes fenômenos.

O último artigo da parte II, de Marcos Veríssimo da Silva, é outra contribuição relevante para as discussões sobre as aplicações da atual legislação brasileira sobre drogas, e para o esclarecimento de suas ambiguidades e efeitos injustos. Veríssimo concentra sua atenção em algumas partes de três peças processuais que envolvem cultivadores de maconha que se autoidentificam como *growers*. Estes são consumidores de maconha que se encontram completamente envolvidos com o autocultivo da planta. Veríssimo apresenta um breve, porém eficiente, relato etnográfico sobre os *growers* e sobre sua “cultura canábica”. Ele mostra como o estilo de vida e o imaginário desses cultivadores estão profundamente associados a uma busca de diferenciação da lógica do mercado de drogas clandestino. Mais do que isso, pelo relato de Veríssimo começamos a perceber que, para os *growers*, suas práticas são uma forma de resistência ou luta contra o narcotráfico. E é

exatamente nesse ponto que a análise do autor nos faz enxergar toda a perversidade das leis de drogas que vigoram em nosso país, pois, contraditoriamente, é justamente ao se afirmarem como autocultivadores que, muitas vezes, os *growers* são enquadrados no artigo de tráfico de drogas. O artigo é importante, ainda, na medida em que tece reflexões sobre um caso de autocultivo de maconha relacionado ao uso religioso desta planta, inserido em um contexto do rastafarianismo. O caso ocorreu na cidade de Americana, interior do estado de São Paulo, em 2012, e contou, inclusive, com uma cobertura sensacionalista e tendenciosa pela mídia nacional. Ao final do processo, o líder desta igreja Rastafári acabou sendo condenado por tráfico de drogas e associação para o tráfico, recebendo como sentença um total de 14 anos, 2 meses e 20 dias de prisão. Ao destacar as contradições ao longo deste processo, a exposição feita por Veríssimo deixa claro como a imprecisão dos artigos da atual lei brasileira de drogas produzem fortes arbitrariedades e dramas pessoais.

A seção final do livro, Saúde, Atendimento e Tratamento em Perspectiva, contém quatro capítulos. Todos eles têm como ponto de partida a problematização do poder dos discursos médicos, mas de diferentes perspectivas. O capítulo de Frederico, Policarpo, que abre esta sessão, explicita as fronteiras dos discursos médicos sobre as drogas. Em uma tentativa de evitar tomar como um dado *a priori* os discursos oficiais que são elaborados através das relações de força e das estratégias políticas que os constituem, o autor propõe uma distinção analítica baseada na produção de conhecimentos que cercam o consumo de drogas. De um lado, pelo conhecimento produzido “através da experiência” dos que consomem drogas; e, por outro lado, pelo conhecimento produzido “sobre a experiência” do consumo e dos consumidores de drogas. Nesse sentido, o capítulo corresponde bem a uma das principais preocupações da presente coletânea, a saber: desnaturalizar e relativizar a maneira como geralmente pensamos sobre as drogas ao considerar dois modos de conhecimento sobre o consumo – o de quem fala sobre o consumo e o de quem consome. Em outras

palavras, trata-se de problematizar criticamente a maneira como lidamos com os consumidores de drogas. O capítulo discute os diálogos e desencontros dessa multiplicidade de discursos a partir de pesquisa de campo em um Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas (Caps/ad), na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Assim como outras colaborações desta obra, ele apresenta uma grande riqueza etnográfica.

Seguindo na mesma direção, o artigo de Jardel Fischer Loeck também foca na experiência dos consumidores de drogas, mas sob outra perspectiva. Ele discute como pacientes vivenciam seus contatos com a rede brasileira de saúde para usuários de drogas. Com base em sua pesquisa etnográfica em quatro espaços terapêuticos na cidade de Porto Alegre (RS) – um grupo de Narcóticos Anônimos, dois serviços de atendimento ambulatorial (um filantrópico, outro funcionando dentro do Sistema Único de Saúde), e uma Comunidade Terapêutica de cunho religioso –, o autor tem como proposta dar aos conceitos de *dependência química* e *cuidado* uma “profundidade empírica” e um sentido processual, tendo como referência uma envolvente narrativa de eventos concretos vividos por alguns indivíduos em seus contatos com a rede de atenção em saúde no Brasil. Eventos estes, não é demais lembrar, que incomodam quando vistos em suas realidades singulares.

Já o capítulo de Eduardo Zanella desloca o foco de análise das experiências dos usuários de drogas em direção às experimentações científicas realizadas dentro de um laboratório. A problematização proposta no artigo parte, digamos assim, do interior do campo das ciências médicas, dialogando com obras antecessoras nacionais tais como Vargas (2001) e Fiore (2006). Tomando como premissa o poder das ciências médicas em produzir conhecimento e controlar os discursos legítimos sobre as drogas no mundo atual, o autor observa que, justamente por conta disso, as ciências médicas se apresentam, também, como uma importante via de acesso para a compreensão da temática das drogas no nosso mundo. Para tanto, concentra seu trabalho de campo etnográfico junto a um coletivo de médicos e cientistas

especialistas no tema de “álcool e outras drogas”, do Centro de Pesquisa em Álcool e Drogas (CPAD), situado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e vinculado ao Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A sua etnografia descreve a atividade de pesquisa chamada de *coleta de dados*, com o intuito de observar como esse empreendimento produz dados sobre as drogas. Um olhar instigante, que certamente descentra perspectivas de senso comum sobre o “saber médico”.

Por fim, o artigo de Pablo Ornelas Rosa propõe a abertura do foco de pesquisa para além das experiências dos consumidores de drogas, de terapeutas ou de agentes da justiça. Ele situa a questão das drogas em termos mais amplos, observando que não se trata, apenas, de uma questão médica ou policial, mas os discursos que giram em torno das drogas implicam o encadeamento de múltiplos argumentos de áreas diversas, como a química, neurobiologia, ética, sociologia, política, entre outras. Essa diversidade de discursos e de perspectivas produz posicionamentos variados, tanto na direção do reforço da posição proibicionista, tendo como premissa a abstinência, como na direção inversa, do antiproibicionismo, que pode envolver estratégias mais pragmáticas, como a redução de danos. Procurando escapar de uma argumentação dualista, “pró ou contra”, Rosa sugere que a própria estratégia de redução de danos, embora se baseie em princípios progressistas e humanitários, importantes e necessários, também se caracteriza como tecnologias de poder que capturam os indivíduos através de dispositivos de segurança e normalização, seja através de técnicas de controle de si, seja por meio de controle e policiamento dos outros no que se refere ao consumo de drogas. Em termos mais gerais, ao descortinar redutos de consumo de drogas que parecem resistir a todo tipo de controle (por mais cuidadoso e humanitário que este seja), e que mantém certo tom anárquico, o capítulo contribui para a afirmação da legitimidade do uso de drogas, isto é, da autonomia dos usos desenvolvidos pelos próprios consumidores em seus locais de consumo particulares. Voltamos, assim, nesse último capítulo, às colocações apresentadas no início do livro, quando

Labate e Rui sustentavam o argumento da “positividade cultural do uso de drogas”.

Esta coletânea de artigos ora apresentada pretende se juntar a outras iniciativas similares que buscam ampliar e aprofundar as discussões sobre o consumo de substâncias psicoativas na sociedade brasileira. A proposta desta obra é, por um lado, contribuir para problematizar as representações que cercam o consumo dessas substâncias e, por outro, oferecer descrições etnográficas vivas e instrumentos teóricos e metodológicos que permitam o avanço de nossa compreensão a respeito dos mais variados padrões de consumo, seus efeitos e os controles que os cercam.

Muitas vezes não é fácil perceber em uma coletânea de artigos uma problematização comum a todos os trabalhos que a compõem. No caso do presente livro, sustentamos, há um claro fio condutor. Em linhas gerais, seguindo a linha inaugurada na coletânea anterior do NEIP, pretende-se ressaltar a relevância da abordagem de ciências humanas sobre as drogas, e aprofundar a compreensão sobre os processos que atualizam políticas, tratamentos e abordagens para essas substâncias, com foco especial nas ações e representações dos consumidores, situados em seus contextos específicos. Esse conjunto de preocupações também está ligado aos esforços de se promover diálogos entre conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos. Esforços nessa direção são sempre difíceis de se concretizarem. As fronteiras entre os saberes ditos científicos e aqueles de outro tipo, como, por exemplo, de intervenção na realidade, do senso comum, populares ou tradicionais são muito resistentes. Ainda que contemporaneamente a ciência já tenha perdido muito do seu poder hegemônico na explicação do mundo, e considerando, inclusive, que uma grande parte dessa perda (ou relativização) vem de questionamentos e reflexões desenvolvidas em vários campos desta mesma ciência, a lógica científica ainda é pouco permeável a sentidos, valores e concepções de outros saberes. Cada um a seu modo, os capítulos deste livro buscam amenizar essa resistência ao diálogo entre conhecimentos de diferentes espécies. Da mesma maneira, acreditamos que o material aqui

reunido pode contribuir para se pensar políticas públicas mais plurais para o tema das drogas.

A premissa que atravessa o conjunto dos capítulos é tomar como ponto de partida a coexistência de diversos discursos e práticas acerca do consumo de substâncias psicoativas. Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de consumo – promovidas pelos agentes da lei e da saúde, por exemplo – bem como as estratégias mobilizadas por consumidores para garantir a própria experiência de consumo – os arranjos para a aquisição da substância, ou o uso de apetrechos para o consumo, por exemplo – são aqui considerados em suas singularidades históricas e sociais. Isto é, cada um desses discursos e práticas sobre o consumo é compreendido a partir de sua própria constituição. A princípio, nenhum deles serve como um referencial externo para a interpretação de outros. Desse modo, o que dizem e fazem os agentes da lei e do direito é tão legítimo quanto o que dizem e fazem os que consomem substâncias psicoativas, seja a ayahuasca, o álcool, a maconha, o tabaco, o crack, a ritalina ou outras *smart drugs*, dentre outras.

Ao lado desta multiplicidade, é preciso também considerar as relações de poder que atravessam os discursos e práticas sobre o consumo de substâncias psicoativas. Nesse sentido, o poder do Direito e da Medicina em produzir e aplicar seus controles e visões sobre o consumo, o que muitos pesquisadores denominam “paradigma médico-legal”, é um aspecto fundamental a ser mais bem compreendido. Já é possível perceber um consenso entre os pesquisadores de que a atualização radical desse paradigma contribui de modo importante para manutenção do que, paradoxalmente, ele visa minimizar. Isto é, a pura e simples atualização de estratégias criminalizadoras – que se apoiam no par legal/ilegal; e objetificam o objeto “droga” – e medicalizadoras – baseadas no par saúde/doença; que faz surgir o objeto “remédio” – parece contribuir para o aprofundamento de certas práticas criminosas e para certos padrões de consumo problemáticos.

Para além dessa faceta mais explícita e debatida do “paradigma médico-legal”, contudo, esse livro pretende explorar

ainda outras direções. A ideia aqui é tentar superar a dicotomia “aspectos culturais do consumo” versus “efeitos farmacológicos” incentivando o diálogo direto entre diferentes campos de conhecimentos. Essa diversidade está bem representada, na medida em que os artigos dialogam com questões relacionadas aos campos da política, da religião, passando pela saúde, até o direito.

A aposta é que através desse diálogo seja possível inovar as reflexões intelectuais, de caráter científico, e os debates políticos sobre o tema das drogas, contribuindo, deste modo, para a concepção de abordagens para o consumo de drogas que sejam mais condizentes com uma lógica de direitos humanos. Tal defesa deveria ser aliada a uma busca pela convivência de diferentes perspectivas, isto é, pela manutenção não só de consensos, mas também de dissensos. Habermas, ao discutir as relações entre religiosidades e a racionalidade laica, sustenta que na sociedade contemporânea não só as religiões devem abdicar de seus “discursos de verdade”, mas também os Estados laicos devem se abrir para os questionamentos de outras racionalidades. O pensamento, diz ele, deve estender “suas asas” (Habermas 1986, *apud* Cipriani 2012, p. 18). Talvez possamos trazer este argumento de Habermas para o debate sobre as drogas, ressaltando a necessidade de construção de políticas para a produção, consumo, e o comércio dessas substâncias que abarquem diferentes práticas e discursos, e, por que não, “verdades”?

Referências bibliográficas

BASTOS, Francisco Inácio e BERTONI, Neilane (orgs.) (2014). *Pesquisa nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro: Editora ICICT/Fiocruz.

- CIPRIANI, Roberto (2012). “A religião no espaço público”, *in*: ORO, Ari *et al.* (orgs.) *A religião no espaço público: atores e objetos*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome.
- CUNHA, Manuela Carneira da (2009). “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais”, *in*: *Cultura com asas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.
- FIGLIARELLI, Maurício (2006). *Uso de “drogas”: controvérsias médicas e debate público*. Campinas: Mercado de Letras.
- FOUCAULT, Michel (2009). *Vigiar e punir*. 37ª ed. Petrópolis: Vozes.
- LABATE, B. *et al.* (2008). *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA.
- LATOUR, Bruno (1994). *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- MACRAE, E. e VIDAL, S. (2006). “A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas.” *Rev. Antropol*, 49(2), pp. 646-666.
- ORTNER, Sherry (2006). “Uma atualização da teoria da prática.” Trabalho apresentado na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), Goiânia.
- SAHLINS, Marshall (1997). “O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção” (Parte II). *Mana*, 3(2), pp. 103-150.
- VARGAS, Eduardo (2001). *Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais.
- WAGNER, Roy (2010). *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.